



Índice

- 01** MPF/SC defende a demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos, em Palhoça
- 02** Sessão pública em Santarém discute violação de direitos na construção de portos
- 03** MPF coordena programa de formação sobre povos indígenas para magistrados e procuradores
- 04** MPF/RS em Canoas defende direitos de quilombolas em reunião
- 05** Condisi Xavante realiza primeira reunião ordinária de 2015
- 06** Governo do Estado obtêm êxitos na participação da Expedição da Cidadania
- 07** Jorge Viana quer marco legal da biodiversidade que garanta exploração sustentável
- 08** Ruralistas investigados por invasão de territórios indígenas farão relatório da PEC 215
- 09** Deputados cobram agilidade no processo de criação da Resex
- 10** Projeto aproxima universitários da legislação e cultura indígena
- 11** Edital de concessão florestal é suspenso para evitar prejuízos às comunidades da Flota no Amapá
- 12** Senadora Sandra Braga apela à ministra do Meio Ambiente em favor de famílias rurais do AM

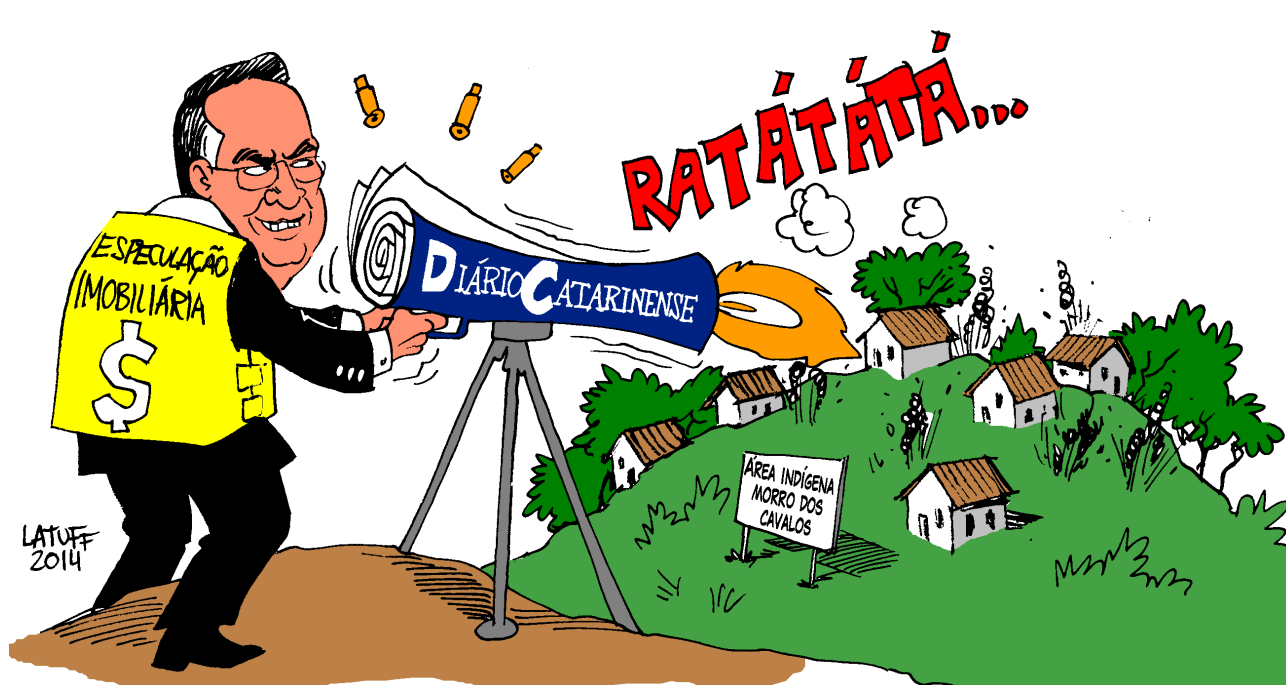


- 13** Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas é reinstalada na Câmara
- 14** Índio é baleado durante confronto em Sananduva
- 15** Senador de RR diz que 'interesses obscuros' atrasam obras de Tucuruí
- 16** Pela primeira vez na CIDH, Igreja defende indígenas e seus recursos.
- 17** STF adia julgamento da ADIN 3239, que trata de titulação de terras quilombolas
- 18** CMA pode votar lei da biodiversidade terça-feira
- 19** STF Adia Decisão sobre Adin Quilombola
- 20** Quilombolas: Relator vota pela inconstitucionalidade do Decreto 4.887/03
- 21** DSEI Kayapó Pará inaugura Módulos Sanitários Domiciliares na aldeia Kriny
- 22** Julgamento da constitucionalidade de decreto quilombola deve ser transferido para quarta-feira (25)
- 23** PECs 215 e 275: uma vergonhosa tentativa de criar um "looping" regimental
- 24** PEC 215/00 não volta! Requerimento de desarquivamento foi indeferido. E agora?
- 25** Manifesto denuncia lobby de empresas sobre PL de recursos genéticos
- 26** Ufopa divulga 2ª lista de aprovados no PSE para quilombolas; confira
- 27** PA: Jovens criam sistema que gera água potável para ribeirinhos
- 28** Justiça Eleitoral Itinerante inicia atendimento em comunidades indígenas
- 29** Indígenas apresentam safra de castanha ao governo e MPF
- 30** Índios cobram exoneração e ameaçam bloquear BR-163 novamente

MPF/SC defende a demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos, em Palhoça

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2015

Alegações de ação contrária à tradicional comunidade Guarani da região eram infundadas



MPF SC

O Ministério Público Federal em Santa Catarina (MPF/SC) contestou todas as alegações, por serem infundadas, de ação popular contrária à demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos, em Palhoça, região metropolitana de Florianópolis. Em recente decisão, a Justiça Federal considerou a ação improcedente.

Durante o processo, o MPF indicou testemunhas e diversos documentos a fim de comprovar a legalidade e a legitimidade do procedimento de demarcação no Morro dos Cavalos, baseado em "longos e exaustivos" estudos antropológicos e jurídicos realizados pela Funai e pelo Ministério da Justiça.

A Justiça Federal concluiu que "todo processo de reconhecimento da Terra Indígena está sendo feito de forma correta, do ponto de vista legal".

CONT.



Pesquisas históricas e levantamentos etnográficos apontaram que a região é tradicionalmente ocupada por índios guaranis. Para a Justiça Federal, “ao atribuir aos índios do Morro dos Cavalos os adjetivos ‘paraguaios e ‘aculturados’, o autor está apenas a utilizar o preconceito costumeiro do homem branco ao tentar desqualificar uma raça ou grupo social supostamente inferior, com a finalidade de suprimir os direitos previstos na Constituição Federal”.

A procuradora da República Analúcia Hartmann, que atua na área de Comunidades Indígenas e Populações tradicionais, defendeu o direito referente ao tema e o histórico da TI-Morro dos Cavalos, para apontar contradições e sustentar a improcedência da ação.

Outro documento apresentado pelo MPF na ação foi a informação técnica a respeito do antropólogo contratado pelo governo do Estado para produzir um laudo desfavorável aos laudos oficiais. O profissional, cujo trabalho não é reconhecido pela Associação Brasileira de Antropologia, não realizou pesquisa de campo e não entrevistou os moradores do local. A Justiça classificou o laudo como “suspeito” e concluiu que ele não poderia “ser considerado válido para o processo”.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República em Santa Catarina



Sessão pública em Santarém discute violação de direitos na construção de portos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2015

Pescadores e habitantes de comunidades tradicionais ao longo da Grande Área do Maicá discutem a construção de portos na região. Apesar de serem diretamente afetados pelas possíveis alterações ambientais, moradores não são consultados.

Terra de Direitos

A violação de direitos e a obscuridade de informações na construção de empreendimentos portuários na região do Maicá, em Santarém-PA, foi tema de discussão em sessão pública nesta terça-feira (17).

Realizada na Câmara Municipal de Santarém, a sessão contou com a presença de cerca de 200 pessoas. Representantes da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), da Ordem dos Advogados do Brasil, de sindicatos, organizações, pastorais sociais, e da Terra de Direitos estiveram no evento. Pessoas ligadas às Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Município, além da Empresa Brasileira de Portos em Santarém (Embraps) também acompanharam a discussão.

Na sessão solicitada pela vereadora Ivete Bastos (PT), representantes de comunidades quilombolas puderam expor a falta de acesso à informações relativas a construção da Área Portuária II, na Grande Área do Maicá, periferia da cidade.

Famílias de pescadores e de povo tradicionais ocupam a região há anos, e não estão sendo consultadas para a construção de tal empreendimento, apesar de serem diretamente afetadas. Várias comunidades vivem ao longo dos nove bairros da Grande Área do Maicá.

O presidente da FOQS, Francinei de Jesus, falou na sessão alguma de suas angústias. "Nós somos um povo que não vive só da terra, mas dá água também. Como já foi dito, nossa área é de Preservação Permanente – não podem ser construídos grandes empreendimentos nem a área pode ser destruída, para que o povo viva do peixe e de outros animais desse local", aponta. E fala sobre outros problemas: "Em nenhum momento as empresas estão se preocupando com os quilombolas que vivem na região. É preciso que as empresas expliquem para a população o que vai acontecer".

A falta de diálogo anterior com as comunidades afetadas contraria o estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que povos tribais e comunidades tradicionais sejam consultados previamente.

CONT.



Informações obscuras

Representantes das empresas presentes na sessão afirmaram que a construção dos empreendimentos se trata, na verdade, de um processo democrático de investimentos do município. Mesmo assim, moradores da região questionaram a realização de diversas pesquisas na área sem que os habitantes fossem consultados. A posse dos Termos de Referências concedidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente também foi apontada.

Até o momento, as empresas não apresentaram propostas viáveis para os projetos conforme a estrutura da cidade.

A prefeitura de Santarém, que impulsiona a instalação dos portos na cidade, também foi citada na audiência. Segundo relatos, a prefeitura tentou anular documentos de aforamento de imóveis que pertencem a uma única família na Grande Área do Maicá. A anulação teve resposta negativa do Poder Judiciário. Mesmo assim, não foi apresentado nenhum plano de regularização das famílias que moram no local, apesar de pagarem os impostos pela terra.

Sobre a construção de portos

A situação da construção de empreendimentos portuários em Santarém foi descrita em artigo do assessor jurídico da Terra de Direitos, Pedro Martins.

No texto, o advogado popular diz que "Associações quilombolas e organizações da região questionam dos danos ambientais, a imprecisão fundiária, a alteração do Plano de diretor da cidade e violação do direito de consulta. As organizações também estão verificando que sócios da empresa estão ingressando com Ações de Reintegração de Posse e até Ações de Usucapião em áreas do Maicá, na tentativa de expulsar famílias que ocupam tradicionalmente o bairro".

Segundo ele, "todas as empresas são fortemente apoiadas pela Prefeitura, com quem andam de mãos dadas anunciando o futuro da cidade. A movimentação de vereadores ligados a atual gestão municipal é pela 'desobstrução' dos empecilhos legais, empecilhos que são, em verdade, garantias normativas. Nesse bolo está o Plano Diretor de Santarém (Lei nº 18.051/2006) e o Código Ambiental do Município (Lei nº 17.894/2004), que não foram adequadamente discutidos com a sociedade civil e carecem de complementos, e pela intenção desses parlamentares darão mais brechas para a intervenção de empresas nos territórios".

"Há forte especulação imobiliária que atropela o reconhecimento de direitos, haja vista não ter nenhuma política fundiária por parte do município, do Estado ou da União que garanta o direito aos territórios dessas comunidades. Ao invés de investimentos sociais, abre-se a(o)s porta(o)s da cidade para empresas de capital multinacional ampliarem seus lucros".



Boletim de Notícias - Edição nº 51/2015

Brasília, 20 de março de 2015.

MPF coordena programa de formação sobre povos indígenas para magistrados e procuradores

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2015



A coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações indígenas e comunidades tradicionais), subprocuradora-geral, Deborah Duprat, vai coordenar grupo de trabalho para desenvolver programa de formação complementar para magistrados e procuradores sobre povos indígenas.

A iniciativa é o primeiro passo de um acordo assinado no dia 4 de março entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), com o objetivo de estabelecer parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação.

Durante o evento de assinatura do acordo, a subprocuradora-geral Deborah Duprat destacou a importância de inserir a temática indígena no currículo de formação complementar. "Temos a oportunidade de atender essas áreas que não são contempladas na academia". Já estão previstos para este semestre, um seminário em Belém (PA) e um workshop na Universidade de Brasília (UnB).

CONT.



O grupo de trabalho irá propor, coordenar e supervisionar cursos e atividades afim de preparar os magistrados e membros do Ministério Público.

O diretor-geral da Enfam, ministro João Otávio de Noronha, destacou a importância do diálogo entre o judiciário e o Ministério Público na temática, "Trouxemos para essa parceria um Ministério Público muito focado nas matérias ambiental, indígena, áreas em que a magistratura tem pouco conhecimento", afirmou.

Para o ministro João Otávio de Noronha, a importância do acordo será inicialmente a de otimizar os recursos públicos por meio da realização de eventos em conjunto, ou seja, as duas instituições se valerão da expertise comum. "Com essa parceria esperamos aprimorar a qualificação da comunidade jurídica do MPU e da magistratura".

O acordo de cooperação prevê o desenvolvimento de atividades acadêmicas de interesses comuns, voltadas ao aperfeiçoamento e capacitação de membros do MPU e magistrados judiciais. Ambas as classes poderão participar de treinamentos oferecidos pelas instituições coordenadas pela Enfam e treinamentos oferecidos pela ESMPU.

O diretor-geral da ESMPU, Carlos Henrique Martins Lima, afirmou que o trabalho vai auxiliar, principalmente, novos membros a lidarem com as mais variadas situações. "Os procuradores que assumem o cargo são, geralmente, muito bem preparados na teoria, mas se deparam com realidades muito diferentes", avalia.

Componentes do grupo - O grupo de trabalho é composto por dez participantes: Jaiza Maria Pinto Fraxe, juíza federal do Tribunal Regional da 1 Região, Ilan Presser, juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Marcus Alan de Melo Gomes, juiz de Direito do Tribunal Regional Federal da 3 Região, Paulo Tamburini, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do estado de Minas gerais e secretário-geral da Enfam, Wellington Magalhães, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, Deborah Macedo Duprat, subprocuradora-geral da República, João Akira Omoto, procurador regional da República, Eliane Moreira, promotora de Justiça do Ministério Público do Pará, Manoel Lauro Volkmer de Castilho, assessor do Supremo Tribunal Federal e Daniel Sarmento, professor adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Destaque: Foto de Marcelo Christovão, 2013.

MPF/RS em Canoas defende direitos de quilombolas em reunião

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.03.2015



MPF/RS

A Secretaria de Fazenda do município de Canoas garantiu ao Ministério Público Federal que irá avaliar a possibilidade de reconhecer o direito à imunidade do IPTU (e de anistia aos demais débitos pretéritos) à comunidade do Quilombo Chácara das Rosas.

A garantia foi dada durante reunião pública na Procuradoria da República em Canoas que voltou a debater questões relativas à comunidade quilombola no último dia 12, com a presença de moradores do quilombo, representantes da Prefeitura de Canoas, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Palmares, do Incra e da Sepir (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial).

A possibilidade da comunidade realizar novas construções de casas após a titularização das terras, bem como a cobrança das mensalidades do Minha Casa Minha Vida, que estão acima do teto de 5% da renda do titular, foram outros temas postos em debate na ocasião.

O procurador da República Pedro Antônio Roso, que mediu a reunião, se prontificou a oficiar o Incra a respeito para que seja realizado estudos em áreas no entorno do quilombo, que seriam, em tese, terrenos não regularizados. O MPF recebeu uma informação de que as terras originalmente ocupadas pelo quilombo possuíam maior extensão e que, com o passar do tempo, foram reduzidas.



Condisi Xavante realiza primeira reunião ordinária de 2015

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 19.03.2015

O Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Xavante realizou, de 16 a 18 de março, a primeira reunião ordinária de 2015, no 58º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro na cidade de Aragarças (GO). Foram apresentadas as contas do distrito e da conveniada Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), o alinhamento do regimento interno do Condisi, além das informações sobre a nova eleição para presidente do Conselho Distrital, conforme orientação do Ministério Público Federal.

Participaram da reunião, aproximadamente, 50 pessoas, entre conselheiros eleitos nas bases das Terras Indígenas, representantes dos profissionais de saúde, das secretarias de saúde de Nova Xavantina e General Carneiro, do Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças, o Procurador da República, Wilson Rocha Assis; do secretário do Fórum dos Presidentes de Condisi, Marcos Pádua; E do coordenador Distrital Claudio Rodrigues.

De acordo com o coordenador Distrital, Claudio Rodrigues, a 1ª reunião ordinária de 2015 do Condisi Xavante ocorreu de forma tranquila e bastante produtiva. "Apresentamos aos conselheiros a prestação de contas do DSEI Xavante do ano de 2014, a fim de esclarecer a todos onde estão sendo aplicados os recursos provenientes da Sesai, submetemos a apreciação do Conselho Distrital, onde as mesmas foram aprovadas com êxito por unanimidade. Também realinhamos o regimento interno do Conselho Distrital de Saúde Indígena a fim de proporcionar maior transparência na condução das competências do Condisi perante à gestão e à comunidade Xavante. Em atendimento à solicitação do Ministério Público Federal, foi esclarecido aos conselheiros os motivos necessários para a nova eleição para presidência do Condisi, agendada para o dia 07 de abril".

Segundo o vice-presidente do Condisi Xavante, Osvaldo Bruwê Marãdzuho, "se houver necessidade, temos que ajustar as normativas do regimento interno. A reunião foi de suma importância, pois através do diálogo, argumentamos e interagimos entre os conselheiros e os mesmos se desenvolvem nesse processo".

"Gostei muito da participação dos conselheiros que estão ativos e presentes desde a última capacitação do Condisi. Os conselheiros agora são capazes de refletir e decidir. Quando a gente fez a reunião nas bases a participação das mulheres foi muito elogiada e incentivada e nos pediram que avançássemos no sentido de buscar soluções para as bases, pois, a mulher é quem de fato conhece a saúde", disse a representante das Mulheres Indígenas, Isabel Rê`amo Wadzatsé.

"Não podemos deixar nossa cultura acabar, é essa nossa preocupação e o Conselho deve olhar o povo que mora na aldeia. O cacique tem direito de falar e tem o direito de ser respeitando

CONT.



nas reuniões. Quando era jovem viajava para conversar com o Presidente da República a fim de defender os direitos nossos, mas a minha saúde já não permite. Devemos discutir o que não está bom na aldeia e pensar no futuro", concluiu o cacique da aldeia Namunkurá, Simão Butsé.

Para o Procurador da República, Wilson Rocha Assis, "a reunião do Condisi Xavante foi importante para garantir o adequado funcionamento do Controle Social no âmbito do subsistema de saúde indígena. O esforço do MPF é no sentido de auxiliar o povo Xavante a resolver seus conflitos internos, fortalecendo-os na luta pela efetivação do direito à saúde".



Governo do Estado obtêm êxitos na participação da Expedição da Cidadania

SÍTIO PANTANAL NEWS, 19.03.2015

O projeto Expedição da Cidadania, desenvolvido em parceria com a Marinha do Brasil, tem como objetivo levar serviços essenciais ao exercício da cidadania e a Justiça Federal às populações de locais de difícil acesso, no período de 10 a 25 de março, nos Estados de MS e MT

Campo Grande (MS) – O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, realizou diversos atendimentos aos ribeirinhos durante a Expedição da Cidadania, projeto promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O projeto Expedição da Cidadania, desenvolvido em parceria com a Marinha do Brasil, tem como objetivo levar serviços essenciais ao exercício da cidadania e a Justiça Federal às populações de locais de difícil acesso, no período de 10 a 25 de março, nos Estados de MS e MT.

Em Mato Grosso do Sul, a Expedição percorreu o Rio Paraguai, entre os dias 10 e 15 de março, partindo de Ladário até o Porto São Pedro. Nessa primeira etapa, no Estado de MS, foram feitos os pré-atendimentos para identificar as necessidades dos cidadãos, com a respectiva expedição dos documentos, elaboração dos requerimentos administrativos de benefícios previdenciários e as atermações dos processos nos Juizados Especiais.

A Ajufe teve o apoio das diversas instituições para a realização de atividades de assistência à saúde e serviços ligados aos direitos dos cidadãos. O navio da Marinha do Brasil 'Almirante Leverger' prossegue subindo o Rio Paraguai no Estado de Mato Grosso até dia 25 de março, com atendimento das equipes de MT.

O governo do Estado de MS esteve presente por meio dos seguintes órgãos: Fundação do Trabalho de MS (Funtrab), Secretaria de Estado de Saúde de MS (SES), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e Defensoria Pública do Estado de MS.

Outras instituições que estiveram presentes foram: Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da 3ª Região, Cartório de Registro de Pessoas Naturais de Corumbá, Ministério da Previdência Social, Ministério da Pesca, UFMS, Ministério das Comunicações, INSS, Receita Federal do Brasil e Prefeitura Municipal de Corumbá. Na segunda etapa, no período de 11 a 29 de maio, serão entregues os documentos, realizadas as audiências de instrução e julgamento dos processos.

Confira os atendimentos realizados aos ribeirinhos do Mato Grosso do Sul:

CONT.



Cartório 2º Ofício de Notas e Registro Civil 'Acyllino Xavier do Valle' – Corumbá/MS:

- 1 Registro tardio
- 1 Registro (até 01 ano)
- 3 segundas vias de Registro de Nascimento
- 1 Reconhecimento de paternidade

INSS: 41 atendimentos (12 benefícios concedidos e implantados)

Dr. João Marcos de Castro Andrade (psiquiatra) – trabalho voluntário

- 12 atendimentos psiquiátricos

Dr. Sebastião Eustáquio Lara Leão (ginecologista) – trabalho voluntário*

14 atendimentos em Ginecologia *

Justiça Federal 3ª região -

33 ações ajuizadas no Juizado Especial Cível Itinerante no TRF 3ª região

Receita Federal do Brasil: 68 CPF's

Fundação do Trabalho de MS (Funtrab): 16 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp): 43 RG's

Biólogo (Sérgio Eduardo Barreto): palestra sobre acidentes ofídicos e educação ambiental para 80 alunos e 3 professores

Clínico Geral (Dr. Juliano Silva Oliveira/Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá): 200 consultas

Odontologia (Luiz Antônio Leite Rocha/Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá): 100 atendimentos preventivos odontológicos

Oftalmologia (Dra. Hígia Otano de Medeiros Rocha/Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá): 83 consultas com prescrição de 40 óculos(que serão fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde de MS)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 51/2015

Brasília, 20 de março de 2015.

Defensoria Pública do Estado de MS:

Demandas ajuizadas:

01 Ação de alimentos

01 Retificação de Registro Civil

01 Guarda de menor

Diagnóstico de necessidades: 161 atendimentos

UFMS (Faculdade de Direito/Prática Jurídica): 27 ações ajuizadas pleiteando benefícios previdenciários

Cláudia Yuri

Assessoria de Comunicação – Funtrab

Jorge Viana quer marco legal da biodiversidade que garanta exploração sustentável
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 19.03.2015



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relator do novo marco legal da biodiversidade (PLC 2/2015), o senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou nesta quinta-feira (19), em pronunciamento no Plenário, que o Brasil tem agora a chance de tornar-se protagonista na exploração sustentável de seu patrimônio genético. Apesar de contar com a maior diversidade biológica do planeta, as atividades econômicas vinculadas à floresta não alcançam a marca de 1% no país, observou o senador.

— Toda a base da produção agropecuária brasileira usa plantas e animais exóticos. O Brasil não faz uso de sua biodiversidade. A soja não é nativa, a cana não é nativa, o café não é nativo, o frango não é nativo — disse Viana.

Engenheiro florestal por formação, Viana avalia que o novo marco legal também se apresenta como uma chance de corrigir distorções na legislação atual que combate a biopirataria. De tão rigorosa, a mesma tem dificultado o trabalho de pesquisadores brasileiros.

— Fazer pesquisa hoje na nossa biodiversidade é crime, é criminalizada de cara. Com boa ou má intenção, qualquer tentativa de uso é biopirataria — apontou.

CONT.



Para aperfeiçoar o texto e facilitar o uso sustentável do patrimônio natural, o senador tem ouvido os atores interessados no projeto — pesquisadores, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, e outras comunidades tradicionais. Ele informou que apresentará seu relatório na próxima terça-feira (24) na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Corrupção

O senador também rebateu críticas da oposição ao pacote de medidas anticorrupção encaminhado pela presidente Dilma Rousseff. Jorge Viana declarou que apesar de algumas das propostas já estarem tramitando no Congresso, o pedido de urgência da presidente Dilma evidencia a intenção do governo de garantir que esses projetos andem.

—A oposição podia mudar um pouco esse disco. Qual é a proposta concreta que a oposição trouxe de combate à corrupção? Eu não vi — comentou.

Jorge Viana reiterou que a presidente Dilma Rousseff já havia encaminhado em 2013 medidas de combate à corrupção, mas as propostas pouco avançaram no Congresso. Observou ainda que projeto de sua autoria que tipifica o crime de “caixa dois eleitoral” também foi apresentado em 2013 e até agora não foi aprovado.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Ruralistas investigados por invasão de territórios indígenas farão relatório da PEC 215

SÍTIO CIMI, 19.03.2015

Nessa terça-feira (17), no Congresso Nacional, foi reinstalada a Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que, entre outros pontos, pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa sobre demarcações de Terras Indígenas (leia abaixo).

Sob protesto de sete indígenas – outros 80 foram impedidos de entrar no plenário - que seguraram faixa com os dizeres “Ruralista Lava Jato”, foi definida a presidência e relatoria da Comissão, designadas para Nilson Leitão (PSDB-MT) e Osmar Serraglio (PMDB-PR), respectivamente. Os deputados são acusados pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso de invadir terras indígenas e direcionar o parecer da Comissão no mandato anterior. Saiba mais: Processo contra relator e vice de comissão sobre terras indígenas chega ao STF.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) conseguiu negociar um acordo e a votação do relatório foi adiada para daqui a dois meses. No entanto, os ruralistas reapresentarão o último parecer, que, sob a relatoria de Serraglio, foi elaborado por advogado ligado à Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), que teria recebido R\$ 30 mil para construção do documento (Lembre aqui: MPF E PF investigam interferência indevida de ruralistas na tramitação da PEC 215). No fim de 2014, povos indígenas mobilizados em Brasília e parlamentares aliados conseguiram impedir sua votação.

“Se for aprovada pode dar uma repercussão internacional, Ações Diretas de Inconstitucionalidade e nós estamos dispostos a usar de todos os meios democráticos possíveis para que essa PEC não seja votada e ser for votada aqui na Câmara que não seja votada no Senado e que o governo entre e que a Justiça a declare inconstitucional”, disse Sarney Filho (PV-MA).

Novo parecer da PEC 215

Transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de aprovar a oficialização de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas e adota a data de promulgação da Constituição (5/10/1988) como “marco temporal” para comprovar a posse indígena, ou seja, a comunidade teria direito à terra apenas se puder demonstrar que ocupava o território nessa data (saiba mais). Apresenta ainda ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas, inviabiliza novas demarcações e legaliza a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas já demarcadas.



Deputados cobram agilidade no processo de criação da Resex

SÍTIO FAXAJU, 19.03.2015

O deputado federal João Daniel (PT/SE) esteve reunido com o presidente do Instituto Chico Mendes (ICMbio), Roberto Vizentin, e o coordenador da diretoria de criação de reservas extrativistas do Instituto, Audízio Lima de Oliveira, acompanhado da deputada estadual Ana Lúcia (PT). O objetivo do encontro foi solicitar que seja acelerado o processo de criação da reserva extrativista (Resex) da região Sul de Sergipe.

De acordo as informações passadas pelos diretores do ICMBio, o processo está na diretoria de criação. "Estivemos conversando com o presidente do ICMBio e foi uma oportunidade para nos inteirarmos sobre como está esse processo, deixarmos claro que estamos acompanhando essa questão e que temos o maior interesse na criação da Resex Sul", afirmou João Daniel.

Ele informou que vai ser feita uma nova consulta ao governo do estado e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semarh), nessa nova gestão, pois é preciso ter a concordância do governo para dar continuidade no andamento do processo. "A criação dessa reserva é fundamental, uma vez que a região está ameaçada com grilagem de terra, com a carcinicultura colocando em risco o equilíbrio do meio ambiente e bem como a sobrevivência da população local que vive do extrativismo", disse o deputado.

Acompanhamento

Desde o início, o deputado João Daniel tem acompanhado a luta para a criação dessa reserva e colocado o mandato, tanto estadual quanto agora federal, para que isso se torne uma realidade. Essa reserva extrativista vai abranger toda região Sul do Estado, entre eles os municípios de Estância, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Na Resex estariam protegidas áreas de reserva de Mata Atlântica, rios, áreas de produção de mangaba. Nessa região, muitas pessoas tiram seu sustento do extrativismo, tendo um movimento muito forte das mulheres marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas, posseiros e sem-terra.

A Reserva Extrativista é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). As Resex são utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Seminário

Na ocasião, o deputado João Daniel e a deputada Ana Lúcia também participaram do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 51/2015

Brasília, 20 de março de 2015.

Seminário para Elaboração do Plano de Ação para a proteção dos manguezais, com a participação de universidades e dos movimentos sociais de vários estados Brasil, onde o parlamentar assumiu o compromisso da Frente Nacional para Defesa dos Mangues e das Reservas. “Essa pauta é prioritária para o nosso mandato”, declarou João Daniel.

Por: Edjane Oliveira

Projeto aproxima universitários da legislação e cultura indígena

SÍTIO AGORA MS, 19.03.2015

A ideia é capacitar futuros profissionais para melhor atender esse público



Wilson, primeiro índio advogado do MS, falou aos acadêmicos na abertura do projeto- Foto: Decom

Em 1998, quando Wilson Matos da Silva ingressou na faculdade, poderia ser o fim de sua jornada para conseguir uma graduação. Era, porém, apenas o primeiro capítulo de uma história cheia de desafios e que não acabou até hoje. Primeiro índio a conquistar o registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB no Mato Grosso do Sul, ele foi convidado para dar a palestra de abertura do projeto “O estado de direito e a questão indígena”, realizado por acadêmicos e professores do Núcleo Jurídico da UNIGRAN.

Wilson se formou com honras pela UNIGRAN e foi orador de sua turma, mas nunca encarou a faculdade ou mesmo o pioneirismo como advogado indígena como um status. “Meu desejo não era sucesso. Eu sei que para um não-índio se formar em Medicina, Direito ou Engenharia é um destaque, uma posição social, mas para mim foi simplesmente uma possibilidade de lutar pelo meu povo”, esclarece.

Convidado para a palestra de abertura, ele falou sobre sua experiência como advogado e membro da Aldeia Jaguapiru, e sobre a importância de iniciativas como essa. “É fundamental, para que os acadêmicos possam realizar algo, que eles conheçam um pouco da cultura”, afirma.

A ideia do projeto surgiu justamente dessa necessidade. “Nós víamos a necessidade dos acadêmicos entenderem mais sobre as legislações que envolvem o índio, dessa vontade de aprofundar mais esse conhecimento”, conta Kelei Zeni, uma das professoras responsáveis pelo projeto. O grande número de indígenas vivendo em Dourados e região também foi um fator importante.

CONT.



O objetivo é aproximar os acadêmicos dessas políticas públicas especializadas. Através de debates, palestras, produção de artigos e visitas às aldeias, os acadêmicos mergulham na cultura indígena e fazem o exercício de ver o outro lado, o que, segundo a professora Kelei, ajuda a humanizar o profissional.

“Queremos despertar a visão humanística do Direito, fazer o acadêmico ir à campo. A intenção é que ele saiba que, quando for um profissional, tem que saber lidar com essas situações. Saber que existem pessoas do outro lado”, explica. O exercício também é feito durante as ações sociais da UNIGRAN, onde o acadêmico é levado até a comunidade e conhece mais a fundo a realidade da população.

Participação acadêmica

Inicialmente, o projeto era voltado para acadêmicos a partir do 5º semestre, mas logo duas calouras apareceram, cheias de vontade de participar. E não era para menos. Mariana Boverio Mazutti, 20, e Emanuele de Brito Chaves, 18, tiveram duas experiências nem um pouco positivas, mas que despertaram nelas o desejo de aprender uma nova cultura.

Mariana era recepcionista do próprio Núcleo Jurídico quando uma índia buscou ajuda, com um bebê no colo, porque sofria agressões do companheiro enquanto estava grávida e, depois do parto, corria o risco de perder a criança para ele. Ao descobrir que o Núcleo não podia interferir no assunto, ela se sensibilizou. Uma semana depois ela ficou sabendo do projeto e não pensou duas vezes.

Já Emanuele ficou sabendo de um índio que frequentava a mesma faculdade que uma amiga e sofria forte pressão em casa para abandonar os estudos. Eventualmente, a não aceitação da família fez o jovem cometer suicídio. “A partir disso eu fiquei chocada e passei a me perguntar ‘o que tem na cultura deles que eles não podem?’, foi aí que eu comecei a ficar mais interessada”.

Emanuele também destaca o papel do projeto em fazer os acadêmicos esquecerem suas opiniões. “Eu estou ali para defender o direito da parte, e não o meu ponto de vista. O operador de direito não pode estar ali pela sua opinião, mas sim avaliar todo o contexto, e esse tipo de projeto que vai lá, que vê a cultura e a realidade, torna você uma pessoa mais humana”.

O projeto se estenderá ao longo de todo o ano, com produção de artigos científicos, debates e visitas a campo. Apesar de estar com as vagas esgotadas, interessados em participar podem procurar a professora Kelei, no Núcleo Jurídico, para mais informações.



Edital de concessão florestal é suspenso para evitar prejuízos às comunidades da Flota no Amapá

SÍTIO JORNAL DO DIA, 19.03.2015

Edital não incluiu as comunidades locais, populações tradicionais e famílias do entorno

Por: Da redação

Após uma análise minuciosa do edital de Concessão Florestal, lançado em dezembro de 2014, o Executivo estadual decidiu seguir a recomendação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) em suspender o certame. A medida é para evitar prejuízos às comunidades locais e tradicionais abrangidas pelas delimitações da Floresta Estadual do Amapá (Flota) – unidade de conservação pretendida pelo edital.

A concorrência estava aberta a propostas técnicas de uso racional dos recursos naturais e tomada de preço com prazo limite para o dia 20 de abril. Porém, agora o edital deverá sofrer alterações que visam resguardar o direito legal sobre quaisquer formas de ocupações legítimas já existentes na área, que terá nova redefinição dos limites, não apenas no módulo onde a primeira concessão será executada, mas em todas as suas fronteiras.

O diretor-presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), engenheiro florestal Marcos Tenório, destaca que o texto do edital não incluiu as comunidades locais, populações tradicionais e famílias que vivem no interior e no entorno da área de concessão. Por isto, essas comunidades não teriam nenhuma forma de compensação ou acesso direto aos insumos florestais.

Segundo Tenório, desde que o processo licitatório foi aberto, surgiram várias ações judiciais de pessoas localizadas dentro do módulo II, objeto da concessão, e nos outros três módulos restantes. “Temos que refazer esse projeto para atender as famílias que estiverem dentro e no entorno da Unidade. As que estão nas cercanias serão reespacioanalizadas. E as que estiverem no centro, devem ter compensação”, pontuou o diretor-presidente do IEF.

Ainda de acordo com ele, há também problemas territoriais de posses legítimas e de propriedade. Será preciso cadastrar posses identificadas com sobreposições na área da Flota e analisar, juntamente com órgãos de regularização fundiária, se elas são anteriores ou posteriores a lei de criação da Flota (nº 1.028, de 12 de Julho de 2006).

Senso

Segundo o novo presidente do IEF, somente um trabalho de campo pode resolver os impasses

CONT.



e entraves. Por isso, o IEF já fez o planejamento para a realização de um senso que acontecerá na área da concessão para identificação das pessoas e propriedades nos limites, no entorno e dentro da unidade de conservação. O estudo vai mapear as áreas usadas para habitação, mineração, garimpo artesanal e outras atividades dos povos e comunidades tradicionais e indígenas da Flota. Além das visitas técnicas in loco, o planejamento também prevê novas audiências públicas.

No parecer da PGE, as recomendações, que serão atendidas pelo Estado, são para: compor uma nova composição da Comissão Especial de Licitação; revisar os estudos do edital de concessão e complementar com os novos estudos; lançar a errata do edital; apresentar novas audiências públicas para finalmente realizar a publicação da versão final do edital de concessão. Estas medidas são determinadas na Lei nº 11.248/2006.

Suspensão

Segundo o Procurador Geral do Amapá, Narson Galeno, o edital deve ficar suspenso até a avaliação detalhada e final, feita pela Procuradoria Geral do Estado. "A nossa recomendação foi pra que o edital publicado pelo IEF seja revogado. Pois, nas áreas em questão, existem famílias morando há muitos anos que seriam prejudicadas".

Tenório também embasa a suspensão do edital ao tomar como exemplo um caso similar, ocorrido no vizinho Estado do Pará, no ano passado. Lá, o Ministério Público Federal (MPF) embargou o certame de concessão da Floresta Nacional do Crepori, em Itaituba. O projeto foi aprovado, licitado, e uma empresa venceu o leilão. Mas, o MPF conseguiu na Justiça a suspensão do certame porque o processo de licitação dos recursos florestais escondeu a existência de populações tradicionais e indígenas vivendo no interior da área e utilizando a floresta. "Queremos e vamos corrigir. O que não podemos é deixar do jeito que estava, com as comunidades do campo no prejuízo. Queremos garantir compensações à essas famílias", justificou o diretor-presidente do IEF.

Concessões florestais

A Concessão Florestal é o direito que o Estado concede –mediante licitação – para uma empresa ou comunidade manejar uma determinada área pública, usando produtos e serviços florestais de forma sustentável e respeitando o plano de Manejo Florestal (PMF) aprovado.

Esta área a ser licitada corresponde a 146 mil hectares, pertencente ao módulo II da Flota, distribuídas e três Unidades de Manejo Florestal (UMF's), abrangendo parte dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Porto Grande. O tempo de concessão, segundo o edital suspenso, seria de 40 anos.

Senadora Sandra Braga apela à ministra do Meio Ambiente em favor de famílias rurais do AM

SÍTIO A CRÍTICA, 19.03.2015

Reunião realizada nesta quinta (19), teve como principal objetivo ajudar cerca de 100 famílias rurais que ocupam glebas numa área em que o governo federal estuda a instalação de Unidades de Conservação



Senadora apresenta argumentos para sensibilizar a ministra (Divulgação)

A senadora Sandra Braga reuniu-se na manhã desta quinta-feira (19/03) com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço Silva Júnior, em busca de uma solução negociada para cerca de cem famílias rurais que ocupam glebas numa área em que o governo federal estuda a instalação de Unidades de Conservação.

Nestas glebas onde hoje vivem estas famílias, mais de 150 projetos de manejo florestal sustentável foram autorizados pelo órgão ambiental estadual – o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. A senadora e o presidente da FAEA explicaram à ministra que, se for criada uma Reserva Biológica (ReBio) nesta área do município de Manicoré, grande parte da atividade primária da região de Apuí e do distrito de Santo Antônio do Matupi será inviabilizada, causando graves problemas sociais e econômicos.

CONT.



Além de atividades florestais sustentáveis, as famílias rurais também se dedicam à agricultura familiar e à pecuária, sempre em convivência harmoniosa com a floresta. A proposta de consenso entre os pequenos agricultores, o governo estadual e a bancada do Amazonas é que se encontre uma alternativa que concilie conservação e desenvolvimento sustentável, assegurando a presença das famílias ali instaladas.

Foi a senadora quem apresentou o argumento que mais sensibilizou a ministra: "Houve uma redução de 50% do desmatamento nesta área, desde que as famílias obtiveram o licenciamento para manejar a floresta de forma sustentável". Ao longo dos oito anos de governo Eduardo Braga, houve um incremento de 157% de áreas protegidas no Amazonas, saltando de sete milhões de hectares em 2002, para 19 milhões de hectares em 2010.

A discussão desta questão encontra amparo no Senado Federal, que hoje debate o projeto de lei que institui o marco legal da biodiversidade. A proposta simplifica regras para pesquisa com plantas e animais nativos e regulamenta a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial do patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais.

A senadora faz questão de destacar que não apenas compreende, como defende o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente em relação à proteção das florestas. "O governo federal já tem informações de que exploradores ilegais de madeira estão migrando do Pará e ingressando fortemente no Amazonas. Exatamente por isto, precisamos e apoiamos este posicionamento firme do governo federal", diz a senadora.

Na reunião, Izabella Teixeira revelou que o governo não decidirá nada "a toque de caixa". Disse que haverá audiências públicas e muita conversa para se construir uma solução. Advertiu, porém, que as famílias estão instaladas em terras da União que o Ministério do Meio Ambiente quer proteger, por se tratar de área de expansão do desmatamento.

"Não vou criar Unidades de Conservação para gerar conflito. Vamos ter que construir uma solução", afirmou Izabella Teixeira, ao sustentar a disposição do governo para o diálogo. Segundo ela, há dois anos e meio o ministério do Meio Ambiente já vem estudando uma solução para o caso, que inclui o mercado de exploração sustentável da madeira.



Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas é reinstalada na Câmara SÍTIO CIMI, 19.03.2015

Com a assinatura de 211 deputados foi reinstalada nessa terça-feira (17) a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, com a coordenação de Ságuas Moraes (PT-MT), que destacou a luta contra a PEC 215 como principal objetivo do grupo. A Comissão Especial que analisará essa Proposta de Emenda à Constituição foi instalada no mesmo dia, sob protesto de indígenas (leia aqui).

Cerca de 100 lideranças indígenas de diversos povos estiveram presentes na cerimônia que, marcada inicialmente para o Hall da Taquigrafia do Congresso, espaço onde teria maior visibilidade, foi transferida por ordem do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para o auditório Freitas Nobre, com espaço insuficiente até para os convidados.

Chico Alencar (PSOL-RJ) ressaltou que a situação é mais um indicativo de como esse segmento de deputados pretende tratar os direitos indígenas. "Isso é uma pequena questão, mas que já indica o que eles, que hoje são maioria a favor dessa PEC (que é inconstitucional) pretendem fazer: Nos confinar. Assim como os povos indígenas do Brasil ficam cada vez mais confinados nos territórios cada vez mais estreitos, também aqui, no Parlamento Nacional (onde quem tem gravata e capital em geral nunca se dá mal), querem confinar essas expressões do povo", disse.

O cacique Aruã Pataxó disse que a bancada ruralista promove um "assalto aos direitos indígenas" e observou a necessidade do envolvimento de mais parlamentares nos encontros da Frente. "Dos 211 deputados que compõe a Frente de Apoio aos Povos Indígenas só vemos uma minoria nessa discussão. A gente precisa que esses parlamentares assumam de fato a defesa dos nossos direitos".

Ivan Valente (PSOL-SP) ressaltou a importância da articulação com a sociedade para combater as estratégias do agronegócio. "Só as terras indígenas na Amazônia são responsáveis pela produção de 20% do oxigênio do planeta e eles [ruralistas] ainda querem invadir os territórios. Por isso entendemos que essa não é uma luta apenas dos povos indígenas. É uma luta de todo o povo brasileiro e das gerações futuras. Não podemos deixar passar essa violência contra os povos indígenas e contra os futuros interesses do povo brasileiro".

O deputado lembrou ainda a aprovação do Código Florestal "Na época houve uma pesquisa onde 80% da população era contra as mudanças do Código Florestal, e aqui dentro 80% dos deputados era a favor. Ou seja, eles estão na contramão do povo, e no entanto eles continuam na sua ofensiva, porque estamos falando de poder econômico, de motosserra, de agroexportação, de gente que prefere que os pastos tomem conta".

CONT.



“Quando falamos de terra pras comunidades indígenas falamos da existência plena enquanto seres humanos”, lembrou a deputada Erika Kokay (PT-DF). “É um etnocídio que está em curso nesse país e estamos aqui pra dizer que os latifundiários não são donos das comunidades indígenas e nem são donos das terras desse país. E que eles não vão nos calar, como se gado fôssemos”.

Ainda participaram da cerimônia os deputados Edmilson Rodrigues (PSOL-RJ), Nilto Tatto (PT-RS), Zeca do PT (PT-MS), e Paulo Pimenta (PT-RS), novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Também estiveram presentes membros da sociedade civil, organizações não governamentais e representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério da Justiça e Ministério do Esporte.



Boletim de Notícias - Edição nº 51/2015

Brasília, 20 de março de 2015.

Índio é baleado durante confronto em Sananduva

SÍTIO ZERO HORA, 19.03.2015

Vítima é suspeita de ter matado um indígena na semana passada

Um conflito entre indígenas deixou um ferido em Sananduva, no norte do Estado. A confusão ocorreu por volta da 1h na área urbana do município.

De acordo com a Brigada Militar, cerca de 40 índios que vivem em Passo Grande do Rio Forquilha ficaram sabendo que um dissidente estava na cidade e decidiram atacá-lo. Ele foi atingido por um tiro na perna e encaminhado ao hospital do município pelos próprios indígenas.

O índio ferido é suspeito do ataque ocorrido na semana passada que deixou um morto e nove feridos.

Ninguém foi preso. A região é palco de constantes conflitos entre colonos e indígenas que disputam terras entre Sananduva e Cacique Doble.

*Zero Hora



Senador de RR diz que 'interesses obscuros' atrasam obras de Tucuruí

SÍTIO GLOBO.COM, 20.03.2015

TRF suspendeu liminar que impedia obra de linha de Manaus a Boa Vista.

Telmário Mota (PDT) diz que 'interesses particulares' dificultam andamento.

Marcelo Marques
Do G1 RR

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região suspendeu liminar de 2013 da Justiça Federal do Amazonas que decidia pela paralisação da construção do Linhão de Tucuruí, que faria a transmissão de energia elétrica entre Manaus e Boa Vista. À época, o Ministério Público Federal amazonense alegava irregularidades no empreendimento, que passa pela reserva indígena Wiamiri-Atroari. Segundo o senador Telmário Mota (PDT-RR), 'há interesses particulares dificultando o andamento da edificação'.

A suspensão de liminar proferida pelo TRF da 1ª Região, em novembro de 2014, foi a favor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que recorreu após receber decisão da Justiça Federal do Amazonas. De acordo com o MPF-AM, além de atravessar a reserva Waimiri-Atroari, o trecho da obra, de 315 quilômetros, prevê intervenções nas proximidades das habitações do povo indígena isolado Pirititi, em uma área de 43 mil hectares situada no município de Rorainópolis, que fica localizado a 294 quilômetros de Boa Vista.

Segundo o senador, o trecho da linha de transmissão que passa na reserva indígena tem a extensão de 123 quilômetros, situados entre Amazonas e Roraima, e diante da implantação da linha de transmissão foi necessária a intervenção da Funai, que inicialmente aprovou a obra de interligação.

"A Eletronorte contratou um indigenista de dentro da comunidade Waimiri-Atroari como consultor. Ele foi responsável por apresentar uma avaliação de impacto e diagnóstico. O relatório foi apresentado à Funai, que, como órgão protetor do índio, acatou esse entendimento", explicou Mota. Conforme o documento adquirido pelo G1, foram constatados, possivelmente, 37 impactos negativos com a construção da linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista.

"Ao ver o documento, observei que algumas avaliações são bizarras, a exemplo da interferência na caça indígena, risco de colisão da avifauna, perda de área de uso territorial, aumento de risco de acidentes com animais peçonhentos, risco de propagação de doenças contagiosas e a escalção de crianças indígenas em torres. É um diagnóstico abominável", afirmou Mota. Para ele, 'há um interesse claro do indigenista José Porfírio Carvalho em dificultar a implantação da linha energética'.

CONT.



“Parece-me que ele está vendendo dificuldade para colher facilidade. E isso me causa estranheza porque ele tem uma filha que é servidora da Funai em Brasília. O estado é prejudicado por interesses obscuros, que não dizem respeito à própria comunidade [Waimiri-Atroari]. Fiz um levantamento junto ao Ministério de Minas e Energia e fui informado que a Funai impediu a construção da linha. Mas o órgão indígena argumenta que foi com base no diagnóstico”, sustentou.

Segundo Mota, haverá uma audiência pública na reserva indígena comandada pelo consultor da Eletronorte. O senador diz que vai continuar investigando até descobrir o real interesse em impedir a construção da linha de transmissão.

'Insuficiências dos estudos'

A Funai informou que a manifestação técnica da Funai sobre o componente indígena dos estudos de impacto foi encaminhada ao órgão licenciador competente e ao empreendedor em setembro de 2014. Nessa manifestação, foram indicadas as insuficiências dos estudos e apresentados todos os elementos faltantes para a manifestação conclusiva do órgão indigenista.

O empreendedor [empresa responsável pela obra] protocolou documentos que buscam atender as solicitações da Funai mencionadas na manifestação técnica. Em que pese nem todos os requerimentos terem sido plenamente atendidos, é necessária a realização de reunião de consulta ao povo Waimiri-Atroari, segundo a Funai.

Sobre a filha do consultor da Eletronorte, a Fundação esclareceu que Maria Janete Albuquerque de Carvalho é a coordenadora geral de licenciamento ambiental. A Aneel enfatizou que recorreu e obteve decisão favorável. Segundo a agência, a Funai é que não está permitindo a implantação da linha, mas a Agência fez o que era da sua competência.

O G1 entrou em contato com a Eletronorte e enviou e-mail, mas até a publicação desta matéria não teve retorno. A Justiça Federal do Amazonas disse que os autos do processo se encontram conclusos para sentença e as consultas não são permitidas, tendo em vista que o processo está sendo analisado pelo magistrado.



Pela primeira vez na CIDH, Igreja defende indígenas e seus recursos.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 20.03.2015

Washington, 19 mar (EFE).- Religiosos católicos da América Latina, Estados Unidos e Canadá participaram nesta quinta-feira pela primeira vez da audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que aconteceu na capital americana, para denunciar a violação dos direitos dos camponeses e dos povos indígenas cometido pelas indústrias que extraem recursos naturais na América, especialmente na Amazônia.

Eles reivindicaram a necessidade de proteger “os mais pobres entre os pobres”, que o bispo da diocese guatemalteca de Huehuetenango, Álvaro Ramazzini, identificou com os povos indígenas.

“Denunciamos o comportamento irresponsável das empresas transnacionais, que no desenvolvimento de suas atividades não respeitam os acordos internacionais, enquanto os Estados permanecem passivos perante as práticas extrativistas. Não somos os donos da criação, mas seus guardiães e administradores”, destacou Ramazzini.

O bispo ressaltou que a responsabilidade sobre os danos à natureza e aos direitos dos indígenas vem tanto da parte dos Estados que acolhem às empresas extrativas, quanto dos quais procedem as companhias, entre eles Canadá e Estados Unidos.

O presidente da Comissão de Justiça e Paz do Canadá, Donald Bolen, expressou o compromisso de sua Igreja para fazer chegar ao governo canadense as denúncias sobre os danos ao meio ambiente e mostrar as consequências.

Já o arcebispo de Huancayo, no Peru, Pedro Barreto Jimeno, destacou a “séria” preocupação da Igreja Católica sobre os efeitos da extração de recursos naturais, os quais os religiosos são testemunhas.

“Somos testemunhas próximas do aumento de doenças graves dos povoados indígenas por causa dos gases e da destruição da natureza”, afirmou o arcebispo, que também preside o Departamento de Justiça e Solidariedade do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam).

Citando o papa Francisco, ele lembrou que, apesar de “a ordem justa da sociedade e do Estado ser a tarefa principal da política, a Igreja não pode e nem deve ficar à margem na luta pela Justiça”.

Os religiosos ressaltaram a gravidade de alguns casos ocorridos em Brasil, Honduras, México, Peru e Equador, país que citaram para falar do Parque Nacional Yasuní, uma reserva natural envolvida em polêmica pelo anúncio de exploração de petróleo em uma de suas áreas.

CONT.



Mauricio López, da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), chamou a atenção para a situação do Amazonas, que “requer uma resposta urgente” pela violação dos direitos humanos dos povos que habitam os territórios da floresta tropical.

Para propor soluções, a Igreja entregou um relatório no qual destacou como práticas usuais dos Estados à criminalização do protesto e as agressões aos defensores de direitos humanos, assim como o crescimento do conflito social como consequência das extrações de recursos naturais.

Depois de ouvir os religiosos, os membros da comissão disseram estar emocionados, e a presidente da CIDH, Rose-Marie Antoine, considerou a participação da Igreja como “um momento histórico”.

“É a primeira vez que três conferências vêm à comissão em um tema que reflete a importância crítica e a afetação ao meio ambiente e a seus defensores”, disse à Agência Efe o secretário-executivo da CIDH, Emilio Álvarez Icaza.

Ele considerou que a participação dos bispos lança uma mensagem “muito importante” sobre o papel da CIDH, que hoje deu as boas-vindas a um novo ator social.

Fonte: Bol.com.br

STF adia julgamento da ADIN 3239, que trata de titulação de terras quilombolas
SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 20.03.2015



O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou, pela segunda vez, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 nesta quinta-feira (19/03), em Brasília. A ação questiona a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/2003, que pode impedir e paralisar os processos de titulação dos territórios quilombolas no Brasil se declarada procedente. Quilombolas e representantes do movimento negro estiveram presentes na sessão que, por excesso de processos, não pôde retomar o julgamento da causa iniciado em 2012. De acordo com a agenda do STF, o caso volta à pauta na próxima quarta-feira (25/03).

O advogado que acompanha o processo desde o início, Fernando Prioste, disse que há um desgaste grande dos quilombolas no deslocamento para assistir a seção. "A vinda dos quilombolas sempre que a ADIN 3239 é colocada em pauta é desgastante quando não acontece o julgamento, mas a presença deles fortalece cada vez mais a mobilização pela causa". De acordo com ele, o atraso e adiamento de votações de processos são recorrentes no STF. "Esperamos que quando a ADI entre em pauta novamente que seja a primeira a ser julgada, pois, nesse caso, teremos a certeza de encaminhamentos mais sólidos".

O presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), Hilton Cobra, chamou a atenção para a participação significativa das comunidades de quilombo. "Não vamos desanimar. Estaremos aqui novamente, marcaremos presença e vamos lutar para que os juízes do STF se sensibilizem com a presença dos quilombolas e do movimento negro na casa. Essa presença tão forte não pode ser ignorada," disse.

CONT.



Já o representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), o quilombola Bico Rodrigues falou sobre a mobilização. "Nós quilombolas sabemos o quanto é difícil nos organizar para estar aqui e defender aquilo que é nosso. De fato, a terra para nós é tudo, é onde nossos antepassados resistiram e estão enterrados. Nessa terra, trabalhamos e lutamos para dar um futuro melhor para nossos filhos. É por isso que estamos aqui e não há possibilidade de abirmos mão desse direito", reforçou.

A secretária de comunidades tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Givânia Silva, também participou do julgamento. "Colocamos a Seppir a disposição e reconhecemos a urgência para que essa pauta seja votada o mais rápido possível. Estamos, juntamente com a Fundação Palmares, fazendo as articulações necessárias para que a causa negra seja mais valorizada e ocupe um maior espaço nas pautas governamentais," argumentou.

Acompanhe [aqui](#) a agenda de pautas do STF.

Precedentes - Iniciado em 2012, o julgamento contou com um voto contra a constitucionalidade do Decreto, o do relator Cezar Peluso. Na sequência, a Ministra Rosa Weber pediu vistas do processo, interrompendo a votação.

Na Fundação, os últimos dois anos foram marcados pela certificação de 532 comunidades quilombolas em todo o país. Nesse período, a média foi de 266 certidões expedidas por ano, mais de 30% acima da série histórica iniciada em 2004. Atualmente são 2.474 comunidades reconhecidas, conforme Decreto nº 4.887/2003. Para 2015, a meta é de que outras 180 sejam certificadas, 10% a mais que em 2014.



CMA pode votar lei da biodiversidade terça-feira

SÍTIO ISA, 20.03.2015

Autor: Iara Guimarães Altafin

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne terça-feira (24) para votar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui novo marco legal da biodiversidade. O projeto simplifica o acesso ao patrimônio genético e tem o apoio do setor empresarial e de entidades de pesquisa, mas indígenas, ambientalistas e comunidades tradicionais pedem mudanças no texto.

Nesta semana, o relator na comissão, senador Jorge Viana (PT-AC), participou de duas audiências públicas e ouviu argumentos de representantes do governo, do setor produtivo, da comunidade científica e dos povos tradicionais. Ele também se reuniu com esses grupos, em seu gabinete, para buscar entendimento sobre pontos relevantes, conforme afirmou.

Em discurso no Plenário, Jorge Viana disse que a nova lei representa uma oportunidade para corrigir distorções da legislação em vigor e para que o Brasil possa tornar-se protagonista na exploração sustentável de seu patrimônio genético.

O novo marco legal vai substituir a MP 2.186/2001, que regulamenta a exploração da biodiversidade. Essa legislação é considerada um entrave à pesquisa de plantas e animais nativos e à transformação desse conhecimento científico em produtos comercializáveis.

Em audiência nesta semana no Senado, representantes da indústria farmacêutica, da Embrapa e das confederações nacionais da Indústria (CNI) e da Agricultura (CNA) relataram dificuldades para a bioprospecção, como a espera média de 550 dias para obtenção de autorização.

Eles afirmaram que, por conta desses entraves, muitos pesquisadores estariam na ilegalidade, por não terem conseguido atender às exigências para seguir com suas pesquisas. Essa situação, dizem, impede que o país conheça sua biodiversidade e atrasa o surgimento de novos produtos comerciais.

O setor produtivo argumenta ainda que, com uma lei que favoreça a exploração econômica da biodiversidade, maior será a repartição de benefícios com os provedores do conhecimento sobre a biodiversidade - povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Nos debates desta semana, representantes desses segmentos e também de pesquisadores da Amazônia apontaram falhas no projeto de lei e pediram mudanças para assegurar o direito dos detentores de conhecimento tradicional e maior controle sobre os recursos naturais.

CONT.



O PLC 2/2015 é um substitutivo da Câmara a projeto enviado pelo Executivo e tramita no Senado desde 24 de fevereiro, em regime de urgência, ou seja, com prazo de exame de 45 dias, após o qual passará a trancar a pauta do Plenário. A urgência foi criticada nas audiências públicas pelas entidades de povos tradicionais, que pedem mais tempo para negociar emendas.

O projeto recebeu 116 emendas na CCJ, cinco na CRA e quatro na CAE e na CMA, a maioria visando maior controle sobre o patrimônio genético e maior proteção do conhecimento tradicional. Se forem acatadas emendas de mérito, o texto volta ao exame da Câmara.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com duas emendas de redação. Além da CMA, a proposta também está em análise nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE). Como tramita em regime de urgência, precisa ser votada em Plenário até 10 de abril, para não trancar a pauta de votações.

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/20/cma-pode-votar-lei-da-biodiversidade-terca-feira>



STF Adia Decisão sobre Adin Quilombola

SÍTIO CEDEFES, 20.03.2015

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, defendida pelo Partido Democratas (DEM), foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quarta-feira (18). A ação pede a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887, editado pelo governo Lula em 2003 para regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Apesar da decisão ainda estar em aberto, a sessão terminou com gosto amargo para as comunidades quilombolas e organizações defensoras dos direitos humanos. O relator da matéria e presidente do STF, Cezar Peluso, votou pela procedência da ADI 3239 e pela inconstitucionalidade do decreto. Seu voto, porém, mantém a validade dos títulos já emitidos.

Peluso adotou a argumentação base do DEM, sustentando que a prerrogativa de regulamentar o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988 – como faz o decreto – pertence ao Legislativo e não ao Executivo. “Não pode o presidente da República baixar decreto que ofenda o princípio da reserva de lei”, disse.

O presidente do STF também repetiu a tese do DEM ao considerar inconstitucional “uma nova forma de desapropriação” supostamente estabelecida pelo decreto e o critério de autoatribuição para identificar os remanescentes dos quilombos e na caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

Após o voto proferido pelo relator, a ministra Rosa Weber pediu vista e foi atendida pelo plenário. O julgamento ainda não tem data para ser retomado, mas certamente acontecerá sob nova presidência. Nesta quinta-feira (19) Cezar Peluso passará o cargo para o ministro Carlos Ayres Britto.

Defesa da AGU

Contestando a argumentação do DEM de que um decreto não pode regulamentar a Constituição, o advogado geral da União, Luís Inácio Adams, disse que a medida do governo Lula foi tomada para dar cumprimento imediato ao mandamento constitucional expresso claramente no artigo 68 do ADCT. O artigo diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Adams também ressaltou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

CONT.



(OIT), ratificada pelo Brasil, estabelece a autoatribuição como um critério legítimo para a definição de áreas ocupadas por povos indígenas e tribais e destacou que tal processo de reconhecimento não é feito a esmo. "238 pedidos de regularização de áreas quilombolas já foram rejeitados pela Fundação Palmares", disse.

Além da Advocacia Geral da União (AGU), também rejeitaram a ADI 3239 em plenário do Supremo os representantes da Procuradoria Geral da República (PGR), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Procuradoria do Estado do Paraná, da Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara).

A defesa foi feita pelos advogados do DEM, da Sociedade Rural Brasileira e da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), além do ministro Peluso.

Fonte: Agência Carta Maior



Quilombolas: Relator vota pela inconstitucionalidade do Decreto 4.887/03

SÍTIO CEDEFES, 20.03.2015

Pedido de vista da ministra Rosa Weber interrompeu, nesta quarta-feira(18), o julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo DEM contra o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, impugnado pelo partido político.

O pedido de vista foi formulado após o relator da ADI, ministro Cezar Peluso, presidente do STF, ter proferido seu voto pela procedência da ação e, portanto, pela inconstitucionalidade do decreto questionado. Entretanto, "em respeito ao princípio da segurança jurídica e aos cidadãos que, da boa-fé, confiaram na legislação posta e percorreram o longo caminho para obter a titulação de suas terras desde 1988", decidiu modular os efeitos da decisão para "declarar bons, firmes e válidos" os títulos de tais áreas, emitidos até agora, com base no Decreto 4.887/2003.

Estatística

Pelos dados apresentados pelo ministro Cezar Peluso, se confirmado o seu voto, sua repercussão será restrita, pois, conforme ele assinalou, são pequenos os avanços no sentido de concretizar a previsão do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no sentido da concessão das áreas de quilombos aos seus ocupantes tradicionais, que neles se encontravam radicados na data de promulgação da Constituição Federal (CF), em 5 de outubro de 1988.

Isso porque, segundo o ministro, o caminho até o registro em cartório de tais áreas é "uma verdadeira via crucis ", porquanto envolve mais de 20 etapas, passando pelo crivo, entre outros, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Cultural Palmares, do Instituto Chico Mendes, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Nacional.

Diante disso, de acordo com o ministro, teria sido melhor que o Congresso Nacional tivesse editado uma lei, em vez de o Poder Executivo editar uma série de normas sobre o assunto, muitas vezes umas revogando as outras, configurando uma verdadeira "legislação perversa".

Assim, conforme observou o ministro, "nem os que defendem os direitos dos quilombolas estão satisfeitos com o atual estado das coisas". É que a profusão de normas regulando o assunto só dificulta a titulação, sem falar na inoperância dos órgãos envolvidos com a questão. Entre outros, ele citou o fato de, atualmente, 78% dos mais de 1.000 processos de titulação que tramitam no Incra apenas foram protocolados, mas ainda não foram examinados.

CONT.



O presidente do STF disse que a concretização do artigo 68 do ADCT é complexa e que a primeira titulação só ocorreu sete anos depois da promulgação da CF. E, nos últimos anos, a situação não melhorou. Tanto que, atualmente, só 192 comunidades contam com título de propriedade, número que representa apenas 6% do total estimado, indicando que a atuação governamental está muito aquém da previsão.

Inconstitucionalidades

Entre as inconstitucionalidades apontadas pelo ministro para julgar procedente a ação ajuizada pelo DEM está a violação do princípio da reserva legal, ou seja, que o Decreto 4.887 somente poderia regulamentar uma lei, jamais um dispositivo constitucional. Outra inconstitucionalidade por ele apontada está na desapropriação das terras, nele prevista. Isso porque a desapropriação de terras públicas é vedada pelos artigos 183, parágrafo 2o, e 193, parágrafo único, da CF.

Fonte: STF



DSEI Kayapó Pará inaugura Módulos Sanitários Domiciliares na aldeia Kriny
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 20.03.2015

A comunidade da aldeia Kriny, da etnia Kayapó, localizada no município de Bannach (PA), preparou uma bela festa para receber a entrega de 26 Módulos Sanitários Domiciliares (MSD), construídos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), neste mês de março. A obra, que proporcionará maior qualidade de vida aos indígenas da aldeia, teve um custo de R\$ 17.895,18 por unidade, totalizando um investimento de R\$ 465.170,62. Ao todo, serão beneficiados 186 indígenas.

O diretor de Saneamento Ambiental e Edificações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Flávio Norberto, esteve presente à solenidade e enfatizou o compromisso da Sesai em atender os anseios da comunidade indígena. "É satisfatório ver a alegria nos olhos de cada um dos indígenas dessa aldeia por estarem recebendo essa obra. Eles sabem que é mais um compromisso assumido pela Sesai, através do DSEI [Distrito Sanitário Especial Indígena] Kayapó-PA", destacou Flávio.

Cada unidade é constituída de um banheiro com chuveiro, vaso sanitário, pia e caixa d'água, além de tanque de lavar roupa na área externa. Com piso revestido de cerâmica nas paredes internas e externas, a obra foi concebida prevendo maior durabilidade e facilidade para higienização. Além disso, os MSD também contam com sistema de esgotamento para fossa séptica e sumidouro.

"A importância desta obra na comunidade se dá pelo fato de os indígenas estarem aprendendo novos hábitos e isso é muito importante. A faixa etária que será mais beneficiada em relação à entrega desses banheiros será as crianças, porque vão crescer sabendo utilizá-los, evitando a contaminação por verminose, bem como diminuindo as doenças diarreicas que provocam a desnutrição", explica a enfermeira Giselly Soares Souza, coordenadora do Polo Base Kriny.

O Coordenador do DSEI Kayapó do Pará, João Paulo Ferreira, destacou a importância da participação dos conselheiros distritais de saúde indígena no trabalho de conscientização das comunidades sobre a importância de se criar espaços adequados para escoamento do esgoto. "O DSEI trabalhou em união com os indígenas para que a obra fosse entregue na data combinada. De um total de 51 aldeias assistidas pelo DSEI Kayapó-PA, 26 delas já contam com os MSD implantados. Temos ainda o compromisso de promover a educação em saúde nessa comunidade", destacou.

Com o funcionamento das MSD, o DSEI Kayapó do Pará espera resolver grande parte dos problemas relacionados a doenças diarreicas, bem como as provocadas por verminoses. "Diminuindo as remoções para cidade, a comunidade fica mais feliz", destaca a liderança indígena, Ire-ô Kaiapó.

CONT.



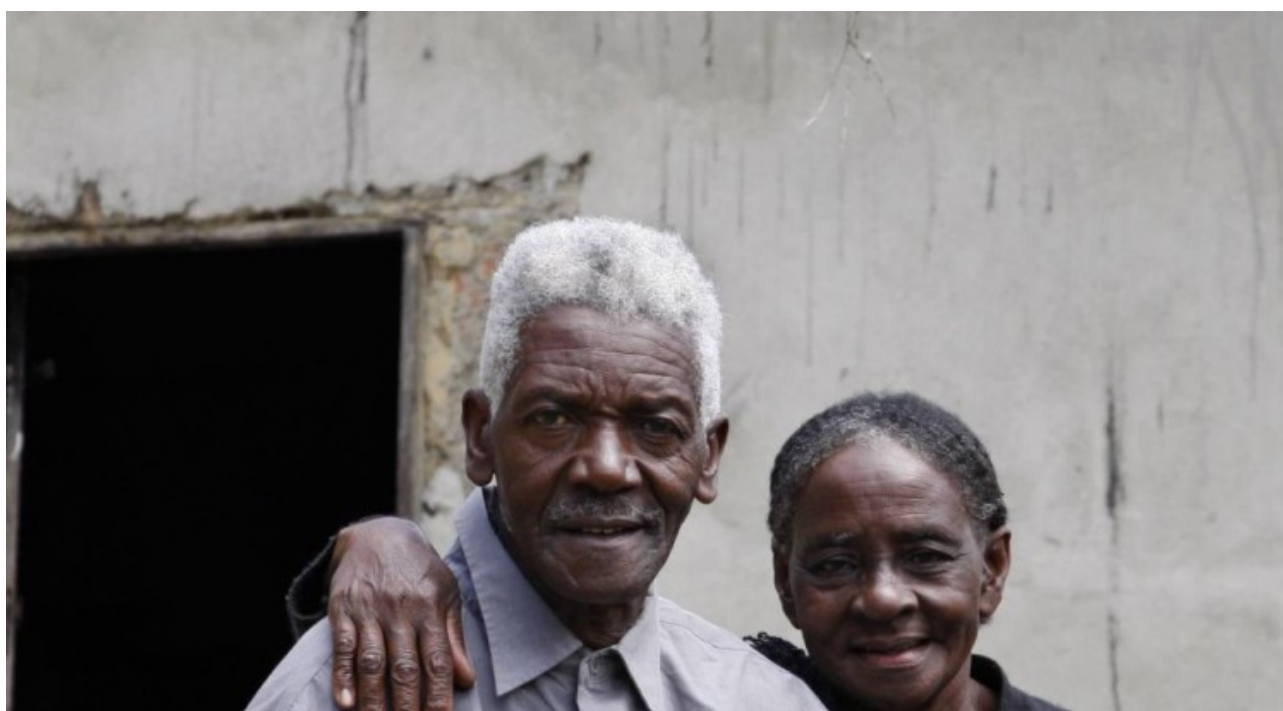
Solenidade

O ato mais emblemático que marcou o momento histórico da entrega dos MSDs na comunidade Kriny foi a realização da partida de futebol entre o time formado por trabalhadores do DSEI e a equipe da aldeia Kriny, todos devidamente uniformizados. O time da aldeia venceu a partida com dois gols do artilheiro Bepkwy-ra Kayapó, decretando a vitória por 2 a 1 para alegria de toda a comunidade.

Por Felipe Nabuco

Julgamento da constitucionalidade de decreto quilombola deve ser transferido para quarta-feira (25)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015



por Terra de Direitos

Previsto para ser julgada nesta quinta-feira (19), a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 não chegou a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, e deve voltar à votação na próxima quarta-feira (25).

Os processos que antecederiam a avaliação da Ação tiveram julgamentos longos, o que impediu sua votação. A ADI 3239 discute a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que regulamenta ação do Estado para titulação de territórios quilombolas.

Representantes da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) acompanharam a sessão do STF nesta quinta-feira, e foram saudados pelo Ministro Ricardo Lewandowski, atual presidente do Supremo Tribunal Federal. Cerca de cem quilombolas dos estados do Paraná, Goiás, Tocantins e Rios de Janeiro, ocuparam as

CONT.



cadeiras do plenário do STF para acompanhar a votação. O adiamento do julgamento causou desconforto aos presentes. Eles terão de empreender novos esforços para estarem presentes à sessão de quarta-feira.

Mesmo assim, não há garantias de que a ADI 3239 vá a julgamento no dia 25 – outras três ações precedem a ADI 3239 na pauta do Supremo Tribunal Federal nesse dia.

A votação já havia sido adiada por falta de tempo em dezembro de 2014.

Sobre a ADI 3239

A ADI 3239 foi ajuizada em 2004 pelo antigo PFL (hoje DEM). Com essa medida, o partido buscava utilizar-se do poder judiciário para inviabilizar o direito de acesso à terra para as comunidades quilombolas, retirando do Poder Executivo as normas que regem os atos que a administração deve tomar para executar o direito constitucional.

O DEM alega que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição, norma que expressamente declara o direito das comunidades quilombolas ao território, não pode ser aplicado sem que exista outra lei infraconstitucional que determine os sujeitos e a abrangência do direito.

O julgamento da ADI foi iniciado em abril de 2012, quando o Relator e agora ex -Ministro do STF, César Peluso, votou pela inconstitucionalidade do decreto. Após o voto de Peluso, a Ministra Rosa Weber pediu vistas do processo, interrompendo a votação.

Com a retomada do julgamento a ministra deverá proferir seu voto, assim como os demais ministros e ministras do STF.

O resultado do julgamento determinará o futuro da política pública de titulação dos territórios quilombolas no Brasil. Eventual declaração de constitucionalidade do Decreto fortalecerá e consolidará a política pública de titulação, ao passo em que a declaração de inconstitucionalidade dificultará a sobrevivência das comunidades, pois a atual política ficará inviabilizada.

A importância da garantia da constitucionalidade do decreto foi tratada em artigo de Fernando Prioste e Pedro Martins, assessores jurídicos da Terra de Direitos. No texto, os advogados populares indicam que “A garantia constitucional de acesso à terra para comunidades quilombolas, nos moldes do Decreto Federal 4877/03, é fundamental instrumento de superação do racismo atual, na medida em que confere às comunidades meios para garantir a posse da terra que viabiliza o desenvolvimento de uma existência digna.”

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Darcy Frigo.

Destaque: Benedito Leite e Terezinha Leite, moradores do Quilombo Alto da Serra do Mar: mais de 50 anos de casados – Márcio Alves / Agência O Globo

PECs 215 e 275: uma vergonhosa tentativa de criar um “looping” regimental
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Esta será uma notícia breve, pois o fundamental é respeitar a sua urgência. Eu havia acabado de postar uma atualização para PEC 215/00 não volta! Requerimento de desarquivamento foi indeferido. E agora?, na qual mencionava que a Mesa da Câmara tinha, entretanto, deferido o mesmo processo em relação à PEC 275/04, por já haver ela sido “desarquivada”. E informava:

“Acontece que no que toca a ela esse “desarquivamento” é meramente burocrático e remissivo, digamos assim. Conforme pode ser confirmado na página referente à sua tramitação, a PEC 275 foi “desarquivada” de forma indireta, exclusivamente na medida em que havia sido apensada à PEC 215 em decisão tomada no dia 4 de junho de 2004. Ou seja: se morre o corpo no qual havia sido enxertada, não há como ela sobreviver”.

Não tenho qualquer dúvida de que meu argumento é uma questão de pura lógica, como aliás expressa a frase final. Ou deveria ser, talvez. Pois, mal havia re-postado a notícia, recebi

CONT.



mensagem de Ricardo Verdum informando que a redação da última tramitação da PEC 215 havia sido sumariamente mudada há poucos minutos. Assim, onde estava escrito, conforme publiquei anteriormente,

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

- Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-994/2015 em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. [Inteiro teor.](#)

agora passara a constar, como último “andamento”:

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

- [Prejudicado o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-994/2015 em virtude de a proposição já se encontrar \[sic\] desarquivada. Inteiro teor.](#)

Como ressaltou Ricardo Verdum ao me avisar, assim mesmo, com o erro de digitação resultante provavelmente da pressa para manipular a História: “já se encontrar desarquivada”.

Ou seja: a Mesa da Câmara está tentando criar uma espécie de ‘looping’ regimental, no qual a parte enxertada se tornaria capaz de sobreviver à morte, enterro e putrefação do cadáver. A PEC 215 morre, mas a PEC 275, a ela apensada em 4 de junho de 2004, sobrevive? Isso não é sequer o cachorro correndo atrás do seu rabo, ou a discussão do ovo e da galinha. Isso é vergonha, mesmo!

* Nota: Recebi mensagem de uma leitora, indagando quanto ao significado de “looping”. Usei o termo a partir de sua utilização em informática, onde o loop se refere a algum ‘erro’ que leva a uma repetição eterna dentro de um programa. Em lugar de se ir adiante, fica-se voltando ao mesmo lugar/página/opção, sempre e sem opção de saída.



PEC 215/00 não volta! Requerimento de desarquivamento foi indeferido. E agora?
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015

Nota: esta informação é complementada, pelo menos até o momento, com a postagem "PECs 215 e 275: uma vergonhosa tentativa de criar um 'looping' regimental", que está linkada ao final. É claro que, tão logo perceberam o que havia acontecido, os 'donos' do Congresso trataram de correr atrás de uma solução. Se ela prevalecerá de fato é cedo para saber. (TP).

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Não domino os procedimentos parlamentares a ponto de comentar todas as possíveis consequências desta notícia, mas não resisto a socializá-la de imediato: o desarquivamento da famigerada PEC 215/00 foi indeferido "em virtude de as proposições terem sido arquivadas definitivamente".

A informação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados saiu com data de ontem e foi tomada em resposta ao requerimento 994/2015, de 17/03, através do qual o deputado Gilberto Nascimento, do PSC e da bancada evangélica, solicitava o desarquivamento de uma série de PECs, PLs e outros tantos:

- Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-994/2015 em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente. Inteiro teor.

Para quem não recorda, a PEC 215 foi arquivada automaticamente por conta do encerramento das atividades legislativas de 2014. Sua volta ao debate foi solicitada pelo deputado Luiz Carlos Heinze (PP RS) e outros membros da bancada ruralista no dia 2 de fevereiro. No dia 6, Eduardo Cunha determinou seu desarquivamento, e terça-feira, dia 17, a Comissão Especial criada para debatê-la foi instalada, mantendo Nilson Leitão (PSDB-MT) na presidência e Osmar Serraglio (PMDB/PR) na relatoria. A decisão de desarquivar a Proposta havia sido formalizada por Eduardo Cunha, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, no dia 26 de fevereiro (veja AQUI).

Vale esclarecer que a mesma resposta da Mesa ao requerimento 994/2015 estabelece, entretanto, outro tratamento para a PEC 275/04, de Lindberg Farias (PT/RJ), e que igualmente "dá nova redação aos arts. 49, XVI e 231, caput, da Constituição Federal, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas". Segundo a Mesa, no caso da PEC 275 o pedido de desarquivamento estaria prejudicado pelo fato de ela e outras quatro proposições (sobre outras questões) "já se encontrarem desarquivadas".

Acontece que no que toca a ela esse "desarquivamento" é meramente burocrático e remissivo,

CONT.



digamos assim. Conforme pode ser confirmado na página referente à sua tramitação, a PEC 275 foi “desarquivada” de forma indireta, exclusivamente na medida em que havia sido apensada à PEC 215 em decisão tomada no dia 4 de junho de 2004. Ou seja: se morre o corpo no qual havia sido enxertada, não há como ela sobreviver.

Que os ruralistas irão buscar novas formas para retomar a questão, é óbvio. De qualquer forma, isso tem um gostinho de vitória, principalmente se considerarmos como foram as ‘tratativas’ para que essa PEC fosse retomada: Cunha assinou a ‘ficha’ da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) num café da manhã no dia 31 de janeiro, anunciando seu “compromisso com as bandeiras da bancada ruralista”. No dia seguinte, era eleito presidente da Câmara, somando os votos ruralistas aos da bancada evangélica (e outros mais).

Agora, com o desarquivamento inviabilizado, vamos ver o que acontece!

Nota: “o que aconteceu” pode ser visto poucos minutos depois da publicação desta atualização. Leia em [PECs 215 e 275: uma vergonhosa tentativa de criar um “looping” regimental](#)



Manifesto denuncia lobby de empresas sobre PL de recursos genéticos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015

Carta de camponeses, povos indígenas e tradicionais repudia ação de indústria contra seus direitos no debate sobre proposta que trata dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. Projeto deve ser votado em comissões do Senado entre esta e a próxima semana

Oswaldo Braga de Souza – ISA

As organizações de agricultores familiares, povos indígenas e tradicionais divulgaram um manifesto em que denunciam o lobby das empresas dos setores de cosméticos, fármacos, limpeza, química e agronegócio na tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2 (antigo PL 7735/2014). O projeto pretende facilitar o acesso e a exploração econômica dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais da biodiversidade e da agrobiodiversidade (saiba mais).

O manifesto afirma que a exclusão dessas populações do debate sobre o projeto foi uma “decisão consciente e deliberada” do governo federal e dos representantes das empresas e classifica-a como um “rompimento na relação de confiança” entre essas mesmas populações e empresas (leia o manifesto).

O documento critica duramente a atuação da chamada “Coalizão Empresarial pela Biodiversidade”, articulação de associações de indústrias usuárias de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais que lidera o lobby em favor do PLC. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a bancada ruralista no Congresso não integram o grupo, mas estão atuando junto com ele.

O manifesto foi divulgado, na manhã desta quarta (18/3), numa audiência pública conjunta realizada no Senado, onde o projeto tramita em regime de urgência. No encontro, os senadores resolveram não realizar novas audiências que estavam marcadas para discutir a proposta, atendendo às pressões do governo e da indústria para aprovar o projeto o mais rápido possível, sem alterações.

Assim, a perspectiva é que o PLC seja votado, nas cinco comissões em que tramita simultaneamente, entre esta e a próxima semana. Depois, ele segue para o plenário da casa. Se for alterado no Senado, o projeto retorna à Câmara. Se for aprovado sem alterações, segue à sanção presidencial.

Diante dos pedidos de representantes de povos indígenas e tradicionais para que o regime de urgência seja retirado do PL, os senadores lavaram as mãos, repetindo que só o governo pode fazer isso. A informação é correta, mas os parlamentares poderiam tentar negociar a medida com o Planalto.

CONT.



"Há um acordo entre Legislativo e Executivo para aprovar o texto como está. Infelizmente, esse acordo se deu com pressão do setor empresarial", criticou Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), durante a audiência.

Representantes da indústria tentaram convencer os senadores de que o projeto é resultado de um "consenso possível" e de que é um avanço para a pesquisa no País.

"É claro que há consenso sobre o PL entre o governo e o setor empresarial. O projeto foi debatido e elaborado por eles, com a exclusão de povos e comunidades tradicionais", analisou Maurício Guetta, advogado do ISA. Ele classificou de "excrecências jurídicas" a série de anistias para empresas que cometeram irregularidades e as isenções à repartição de benefícios pelo uso desses recursos e de conhecimentos tradicionais, previstas no projeto. Guetta antecipou que, se aprovado como está, o projeto será alvo de ações judiciais (veja vídeo acima).

Correlação de forças desfavorável

O relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC), admitiu que a correlação de forças no Senado é muito desfavorável aos direitos de povos indígenas e tradicionais e de pequenos agricultores. Ele informou, no entanto, que pode acatar algumas das propostas de modificação no texto do projeto. "Há divergências dentro do governo. Não vou partir do princípio de que não é possível fazer mudanças, de que temos de aprovar como está", garantiu.



Ufopa divulga 2ª lista de aprovados no PSE para quilombolas; confira

SÍTIO GLOBO.COM, 20.03.2015

*Aprovados devem aguardar divulgação do edital de habilitação institucional.
Processo Seletivo Especial ofertou 65 vagas para quilombolas.*

A Universidade Federal do oeste do Pará (Ufopa) divulgou nesta semana a lista dos candidatos aprovados na 2ª chamada do Processo Seletivo Especial para Quilombolas (PSEQ) 2015. ([Confira lista](#))

Os aprovados devem aguardar a divulgação do Edital de Habilitação Institucional para fins de habilitação e matrícula.

O PSEQ 2015 foi realizado nos municípios de Oriximiná, Óbidos e Santarém. A seleção de candidatos quilombolas contou com prova de leitura e interpretação de textos, com cinco questões sobre temas atuais da problemática regional, valendo dez pontos no total.

Neste ano, o Processo Seletivo Especial da Ufopa ofertou 65 vagas para quilombolas e 65 vagas para indígenas.

PSE Indígena

O resultado preliminar da entrevista e do concurso referente ao Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) 2015 da Ufopa foi divulgado na segunda-feira (16) pela Pró-Reitora De Ensino De Graduação (Proen). Na chamada estão relacionados os candidatos aprovados em primeira opção de curso. ([Confira resultado preliminar do PSEI](#))

Após análise de recursos quanto ao resultado preliminar do PSEI que foram entregues entre terça-feira (17) e quarta-feira (18), a universidade deve divulgar o resultado final do concurso e convocação para habilitação institucional.



Boletim de Notícias - Edição nº 51/2015

Brasília, 20 de março de 2015.

PA: Jovens criam sistema que gera água potável para ribeirinhos

SÍTIO SBT, 20.03.2015

Viver cercado de água e não ter o que beber. Parece mentira, mas essa é a realidade dos ribeirinhos que moram em ilhas próximas a Belém. Para solucionar esse problema, estudantes de engenharia ambiental da Universidade Federal do Pará criaram um sistema que capta água da chuva e transforma em água potável.

[Assista ao vídeo.](#)

Justiça Eleitoral Itinerante inicia atendimento em comunidades indígenas

SÍTIO BV NEWS, 20.03.2015

Os moradores poderão tirar o primeiro título de eleitor, realizar transferência, revisão ou solicitar a segunda via



Os próximos atendimentos serão realizados nas comunidades indígenas do Flexal, Pedra Branca, Maturuca e a sede do Uiramutã

Com o slogan 'Cidadania ao alcance de todos', a Justiça Eleitoral Itinerante 2015 vai realizar os primeiros atendimentos a partir do dia 23 de março, na comunidade indígena Monte Muriat, no município do Uiramutã, no horário das 8h às 15h. Os moradores poderão tirar o primeiro título de eleitor, realizar transferência, revisão ou solicitar a segunda via.

Para solicitar os serviços, basta apresentar um documento de identidade oficial com foto e comprovante de residência atualizado, acompanhados de cópia. Homens maiores de 18 anos devem levar certificado de alistamento militar. Para quem mora em área indígena, é necessário apresentar declaração do tuxaua da localidade, confirmando moradia.

Na análise da coordenadora da Justiça Eleitoral Itinerante, juíza Terezinha Muniz, o programa tem o propósito de disponibilizar os serviços eleitorais via satélite para comunidades indígenas, ribeirinhas e distantes das sedes das zonas eleitorais. "É uma oportunidade para os eleitores regularizarem a situação eleitoral sem custo com deslocamento", disse.

CONT.



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), desembargador Mauro Campello, destacou a importância de realizar atendimento nos locais mais distantes do Estado, o que resulta na aproximação da Justiça Eleitoral com a população e viabiliza o exercício da cidadania.

“É a Justiça Eleitoral indo até a casa do cidadão, pois, pelo princípio da Constituição Federal, o voto é obrigatório, logo, precisamos dar acesso aos que moram longe, que precisam andar longas distâncias para regularizar a situação eleitoral. Ao utilizar uma antena via satélite, nós entregamos o título de eleitor na mesma hora em que é feita a solicitação, e isso é um avanço considerável para promover essa inclusão”, ressaltou Campello.

Os próximos atendimentos serão realizados nas comunidades indígenas do Flexal, Pedra Branca, Maturuca e a sede do Uiramutã, respectivamente nos dias 24, 25, 26 e 27 de março. No próximo dia 26 de março, às 11h, na escola estadual indígena José Alamano, em Maturuca, será a abertura oficial da Justiça Eleitoral Itinerante.

ESTRUTURA

Uma equipe formada por quatro servidores da Justiça Eleitoral vai realizar o atendimento em um ônibus climatizado, composto por um elevador semi-automático (entrada de acesso para cadeirante), banheiro simples com vaso e lavabo, copa com balcão, frigobar, armário, mesas para atendimento, um gerador de energia de 12,5KVA e autonomia de 6 horas, 16 tomadas alimentadas pelo sistema ininterrupto de energia entre outros acessórios.

Calendário

O calendário da Justiça Eleitoral Itinerante com as datas dos próximos atendimentos a serem realizados no interior do Estado pode ser acessado no site do TRE-RR, no endereço eletrônico www.tre-rr.jus.br, na seção Destaques.

PARCERIA

Nesse mesmo período, de 23 a 27 de março, a Itinerante do Tribunal de Justiça de Roraima também realizará atendimentos no Uiramutã. Os serviços prestados à população serão: Divórcio Consensual, Guarda e Responsabilidade de Menor, Declaração de União Estável, Pensão Alimentícia, Exoneração de Alimentos, Revisional de Alimentos, Conversão de Separação em Divórcio, Dissolução de Sociedade de Fato, Reconhecimento de Paternidade e Maternidade.

Indígenas apresentam safra de castanha ao governo e MPF

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 20.03.2015

O índio Catarino Gavião, 70 anos, ergueu nos ombros o saco de castanhas-do-brasil pesando 20 quilos, carregando-o por cinco minutos diante da mesa formada pelo vice-governador, Daniel Pereira, e três procuradores da República, no auditório do Palácio Presidente Vargas, em Porto Velho.

Esse gesto marcou nessa quarta-feira (18) a apresentação da safra indígena do Corredor Etnoambiental Tupi-Mondé (Mato Grosso – Rondônia) dessa fruta oleaginosa com certificação orgânica. No corredor vivem e trabalham índios Rikbaktsa, parte dos Cinta-Largas e 40 famílias de pequenos agricultores da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt (Noroeste de Mato Grosso).

Incentivado pelo Projeto Pacto das Águas, os índios colhem, em média, 350 a 500 mil toneladas de castanha, por ano, protagonizando talvez o mais expressivo resultado até então obtido na Amazônia brasileira. O corredor estende-se da Bacia do Juruena (Amazônia mato-grossense) à região do rio Roosevelt.



Em Rondônia, o Pacto das Águas chegou às terras indígenas do Igarapé Lourdes (185 mil hectares) e Rio Branco (245 mil ha), mobilizando 1,9 mil pessoas no total de 46 aldeias. Apoiou-as na comercialização de 185 toneladas entre indígenas e cooperativas de Rondonia e São Paulo.

O vice-governador, Daniel Pereira, que presidiu a reunião de trabalho com procuradores da República e líderes indígenas, informou que o governo do Acre se dispôs a “socializar experiências” com Rondônia. E não descarta a possibilidade da agregação de valores, conforme admitiu na reunião a secretária adjunta de Agricultura, Mary Braganhol. Rondônia poderá fabricar farinha de castanha para ser distribuída à merenda escolar.

O vereador índio, Arão Orowaran Xijein (PTB), disse que a lata de castanha é atualmente vendida a R\$ 25, na região de Guajará-Mirim, porém, lamentou o contrabando da produção daquele município para o País vizinho, Bolívia.

CONT.



Segundo o coordenador do projeto, Plácido Costa, a renda de R\$ 5 milhões resultante de ações apoiadas pela Petrobras Socioambiental possibilitou a conservação de matas e mananciais de água, e o manejo sustentável de culturas locais na Amazônia mato-grossense. Em 2014 o projeto proporcionou renda superior a R\$ 5 milhões para seringueiros e índios Cinta-Largas, Rikbaktsa, Gavião e Arara.

Conforme Costa, no pico da safra já é possível obter preços justos “para segurar o estoque”, vendendo melhor na entressafra (a partir de maio), em melhores condições de mercado. “O melhor período é novembro, porque as compras aumentam, antecedendo ao Natal”.

MATURIDADE

Para Plácido Costa, a Associação Indígena Gavião deu um “salto de maturidade”, ao conseguir pela segunda vez recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Isso muda paradigmas”, comentou, adiantando que no último empréstimo, a comunidade recebeu R\$ 103 mil do Ministério da Agricultura.

Crianças e adultos, 70% da comunidade – cerca de 400 pessoas – participam da colheita, segundo o presidente da associação, Zavidjaj Djiguhr (Josias), 30 anos, pai de duas filhas, de 10 e 4 anos. “Não basta extrair o produto por questão econômica, existe um aspecto histórico a considerar: a presença da família no castanhal, e nisso estamos bem organizados, desde 2010”, afirmou.

O articulador do projeto em Rondônia, Sávio Gomes Rego, explicou que o Pacto das Águas trabalha com o melhoramento do manejo da castanha. “A região amazônica é usada como fonte de renda e meio de vida, agregando valor ao extrativismo”, pontuou, lembrando que antigamente isso era feito sem o devido cuidado “e mudar isso é muito importante para a busca de mercados, inclusive fora dos dois estados envolvidos e até em outros países”.

Estima-se que 1,8 milhão de hectares de florestas estejam protegidos, graças à exploração de castanhais. Segundo Josias, ao acampar na floresta os índios ensinam aos filhos a tecer cestos e tapiris, pescar, cozinhar pratos tradicionais e, com a perambulação em busca da colheita, todos exercem a gestão territorial, inibindo a presença de invasores. Ao mesmo tempo, a Associação Indígena vê a demanda de mercado, seleciona o produto, faz a secagem e armazena corretamente, num conjunto de ações denominadas boas práticas.

Plácido Costa disse ainda que há desafios a vencer, alguns dos quais já enfrentados. “A diminuição do êxodo rural nas regiões abrangidas, por exemplo. A situação estimulou jovens índios e seringueiros a estreitarem laços com suas terras, identidade e cultura. Criamos alternativas sustentáveis de ocupação da terra em detrimento do modelo vigente de desmatamento; preservamos dois mil hectares da Amazônia mato-grossense, evitando a expansão de pastagens e a exploração madeireira predatória”.

Fonte: DECOM



Índios cobram exoneração e ameaçam bloquear BR-163 novamente

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 20.03.2015

O secretário da Sesai em Brasília, Antônio Alves, disse que ela seria exonerada, porém, ele mentiu e ela continua no cargo"



A principal rodovia que liga o Nortão a Cuiabá, a BR-163, corre o risco de ser bloqueada mais uma vez por indígenas de nove etnias, que moram na região de Colíder (165 quilômetros). A informação foi confirmada pelo cacique Raoni Metuktire que disse, ao Só Notícias, que a principal reivindicação é a exoneração da coordenadora da coordenadora distrital de Saúde Indígena (Sesai), que está no comando há oito meses. "O governo chamou para dialogar quando a rodovia foi bloqueada da outra vez. O secretário da Sesai em Brasília, Antônio Alves, disse que ela seria exonerada, porém, ele mentiu e ela continua no cargo".

Segundo Raoni, nenhum indígena quer que a funcionaria permaneça a frente da coordenação, uma vez que, segundo ele, ela é responsável por paralisar os veículos e até mesmo o avião, utilizados em caso de emergências médicas. "Além disso, 28 funcionários terceirizados do setor administrativo estão sem receber salários desde janeiro, e alguns estão passando necessidades devido a tal situação", afirmou.

No total, são 4 mil indígenas nas aldeias da região. Desde o final de janeiro, representantes de cada etnia ocupam a sede do distrito de saúde indígena do município.

CONT.



Conforme Só Notícias já informou, há cerca de três meses, a BR-163 foi bloqueada, entre Nova Santa Helena e Itaúba, pelos mesmos índios, e carretas, caminhões, ônibus, carros e motos ficaram impedidos de passar. Os manifestantes também cobravam a exoneração da coordenadora do Sesai e alegavam que ela teria suspenso contratos e convênios supostamente superfaturados, além de ter demitido alguns indígenas envolvidos nesta situação.

Os indígenas ainda reclamavam falta de assistência na área de saúde, obras de saneamento e postos de saúde inacabados; falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências.

Fonte: Só Notícias